



## Abordagens teóricas e analíticas sobre a prostituição

Theoretical and analytical approaches on prostitution

*Juliana Moraes de Góes<sup>(\*)</sup>*

### RESUMO

Este artigo apresenta uma leitura crítica de abordagens teóricas sobre a prostituição que a definem apenas como uma forma de opressão da mulher ou uma expressão da sexualidade. Além disso, apresenta uma abordagem alternativa que bebe no conceito de interseccionalidade e no feminismo negro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prostituição. Interseccionalidade. Feminismo Negro. Prostitutas.

### ABSTRACT

This article presents a critical reading of theoretical approaches about prostitution that define it only as a form of oppression of women or an expression of sexuality. In addition, the article presents an alternative approach, based on the concept of intersectionality and on the black feminism.

**KEYWORDS:** Prostitution. Intersectionality. Black Feminism. Prostitutes.

A prostituição é um tema que costuma dividir o feminismo. Por uma abordagem, ela é vista como uma das maiores formas de exploração das mulheres e, portanto, como uma instituição que deve ser combatida (MACKINNON, 1982; PATEMAN, 1983; MACKINNON, 1987; MACKINNON, 1993; PATEMAN, 1993; DWORKIN, 2000; ÁLVAREZ, 2012). Por outra, há quem a compreenda como um exercício livre da sexualidade (ERICSSON, 1980; RUBIN, 2003 [1984]; MCCLINTOCK, 1993; ROBERTS, 1998; KEMPADOO e DOEZEMA, 1998; PISCITELLI, 2005; BARRETO, 2015). Ambas abordagens embasam ações políticas para modificações de leis nacionais e acordos internacionais sobre o mercado

---

<sup>(\*)</sup> University of Massachusetts Amherst. E-mail: julianagoes.bsb@gmail.com.

sexual. Porém, os resultados que tais ações têm produzido sobre a vida das mulheres, especialmente das trabalhadoras do sexo, por vezes implicam no aumento da violência de gênero (DOEZEMA, 1998; ROBERTS, 1998; JULIANO, 2005; KEMPADOO, 2005). Por isso, o presente artigo tem como objetivo propor uma forma teórica e analítica para a prostituição que possa produzir resultados práticos favoráveis as trabalhadoras do sexo e demais mulheres.

Aprofundando a primeira abordagem citada, autoras desta linha entendem o sexo como fonte da dominação masculina (MACKINNON, 1982; PATEMAN, 1983; DWORKIN, 2000). Considerando isso, a prostituição, ao permitir a “compra” do corpo da mulher para o uso sexual, reforçaria a objetificação desta e, logo, as relações de dominação com base no gênero. Simplificando o debate, apenas para introduzi-lo, o argumento destas autoras costuma se basear em dois pontos. O primeiro refere-se ao perfil das pessoas que atuam na prostituição, que é majoritariamente feminino, de forma que o mercado sexual pode ser caracterizado pelo atendimento aos homens. O segundo, relacionado com os estudos sobre a pornografia, consiste no entendimento de que a defesa da liberdade sexual é uma forma de objetificação feminina. Nesta abordagem, a prostituta é vista como uma das mulheres mais violentadas da sociedade e que deve ser resgatada do mal que a prostituição representa (MACKINNON, 1993; PATEMAN, 1993; DWORKIN, 2000; JEFFREYS, 2005).

Já a outra abordagem foca na agência das prostitutas, que deixam a imagem da mulher oprimida e se tornam indivíduos que expressam sexualidades recriminadas socialmente (WILLIAMS, 1993; RUBIN, 2003 [1984]; CORNELL, 1998; RUBIN, 2003). Assim, a opressão que circunda a prostituição não estaria relacionada com a atividade em si, e sim com o estigma que permeia o mercado sexual (ERICSSON, 1980; MCCLINTOCK, 1993; JASMIN, 1993). Além disso, neste campo de debate, entende-se que durante a negociação do programa, o que está sendo vendido não é o corpo da mulher, e sim serviços sexuais, de forma que prostituição é um trabalho como outro qualquer (BARBARA, 1993; JASMIN, 1993; KEMPADOO e DOEZEMA, 1998; JULIANO, 2005; BARRETO, 2015).

Alguns autores têm buscado abordagens alternativas. Contextualizando a prostituição, eles a têm entendido como um espaço que pode agregar simultaneamente opressão e resistência (PISCITELLI, 2005; JULIANO, 2005; KEMPADOO, 2005). Além disso, a interseccionalidade tem sido uma ferramenta analítica utilizada para estudo do mercado sexual (PISCITELLI, 2008; BARRETO e GROSSI, 2012). Ainda, tais autores trazem a experiência das prostitutas para o centro do debate, sendo informados por uma série de estudos empíricos sobre o campo (MCCLINTOCK, 1993). Eles oferecem pistas para que possamos romper com a dicotomia opressão versus liberdade sexual, e, portanto, informam a proposta analítica para a prostituição exposta neste trabalho.

O artigo segue, então, com a apresentação das duas primeiras abordagens expostas nesta introdução. Para isso, focarei em dois diálogos que, embora não impliquem em todo o debate sobre a prostituição, evidenciam os principais argumentos dele. O primeiro é entre MacKinnon (1982) e Rubin (2003 [1984]), que desenvolvem distintas perspectivas sobre feminismo e sexualidade. O segundo é entre Pateman (1983; 1993) e Ericsson (1980). O artigo produzido por este autor sobre o tema provocou duas respostas de Pateman, uma direcionada exclusivamente para ele e outra apresentada no seu livro sobre o contrato sexual. Em seguida, exponho os limites destas abordagens para a luta prática das mulheres e apresento uma proposta que tenta avançar nestes limites, com base nos enfoques alternativos citados. Por fim, concluo com a comparação entre as abordagens e com reflexões sobre como a proposta apresentada pode trazer vantagens para a emancipação das mulheres.

## **A prostituição como opressão**

Nesta abordagem se encaixam as obras de MacKinnon (1982; 1987; 1992) e Pateman (1983; 1993). Para MacKinnon (1987), a dominação masculina ocorre pelo sexo. Dessa forma, a sexualidade é o ponto central do feminismo, ou seja, o principal tema endereçado por tal teoria. Ela chega a afirmar, nesse sentido, que “a sexualidade é para o feminismo o que o

trabalho é para o marxismo” (MACKINNON, 1987, p. 48, tradução própria). A definição de sexualidade, para a autora, é de “um processo social que cria, organiza e direciona o desejo” (MACKINNON, 1987, p. 49, tradução própria). Além disso, tal processo cria homens e mulheres, pois informa a masculinidade e a feminilidade. Ainda, ele divide a sociedade nos dois sexos citados e esta divisão estrutura a própria sociedade, de forma que, segundo MacKinnon, ela está na base de todas as relações sociais.

Para entender melhor o que é o processo da sexualidade para a autora é necessário falar da erotização. A forma como tal processo criaria homens e mulheres é tornando a dominação e a submissão eróticas. A mulher é objetificada e o homem torna-se sujeito, ou seja, “a objetificação sexual é o que define mulheres como sexuais e como mulheres sob a supremacia masculina” (MACKINNON, 1987, p. 50, tradução própria). Por isso, quando MacKinnon define a sexualidade como processo que cria o desejo, ela está se referindo a erotização da dinâmica de dominação-submissão e a definição do homem e da mulher como aqueles que desejam eroticamente ocuparem a “parte que lhes cabe” nesta dinâmica. O desejo, portanto, é uma construção social feita no meio desta hierarquia. Dessa forma, a diferença sexual seria uma questão de dominação (MACKINNON, 1987, p. 51).

Na análise que MacKinnon (1983) faz sobre a legislação estadunidense referente ao estupro, a sua visão sobre sexo, desejo e dominação se torna mais clara. Segundo a autora, tal legislação não está preocupada em defender a sexualidade da mulher. Isso ocorre porque, segundo a interpretação dos juristas, o estupro é um ato de violência que ocorre quando a mulher é forçada a fazer sexo, sendo este entendido como a penetração. Nesta interpretação, a comprovação da ausência de desejo, de consenso, é central. Para provar ter sido estuprada, espera-se que a vítima tenha verbalmente expressado que não desejava fazer sexo e ter sido forçada fisicamente. Porém, segundo MacKinnon, no mundo das mulheres existe uma esfera de homens para quem elas “deveriam” permitir o acesso aos seus corpos, composta principalmente de homens conhecidos, como os maridos. Nesta esfera, nem sempre o homem precisa usar da força física para estuprar uma mulher, já que existem mecanismos sociais que a pressionam a “servi-

lo”.

Para abordar tais tipos de estupro, a autora argumenta que é necessário compreender que sexo (não violento) e estupro (uma forma de violência) não são coisas distintas. Em uma sociedade na qual a heterossexualidade é compulsória, para MacKinnon, a possibilidade de desejo/consenso no sexo heterossexual é sempre bastante limitada. As mulheres seriam ensinadas a desejarem aquilo (através da erotização da dominação), e, portanto, teriam pouco espaço de agência na construção deste desejo. Por isso, na análise do estupro, seria errôneo separá-lo do sexo, pois não seria o estupro em si que representaria uma forma de dominação masculina, e sim o próprio sexo. Com isso, ela desafia o sistema legal norte-americano. Ao invés de tentar entender o que é a violação do estupro, a autora pergunta se existe ausência de violação no sexo<sup>1</sup>.

Ressalto que MacKinnon não vê a sexualidade como uma essência, algo imutável historicamente e que não possui variação cultural. Para a autora, a sexualidade também é definida como “tudo aquilo que uma determinada sociedade erotiza” (MACKINNON, 1987, p. 53, tradução própria). Assim, o significado do que é sexual varia entre sociedades e a análise da autora se refere à atual. Na sua obra, porém, MacKinnon reforça que nesta sociedade as mulheres não fazem parte da construção, como autoras, do que é sexual, já que este é feito sob a dominação masculina<sup>2</sup>.

Com base nesta formulação teórica, MacKinnon define a prostituição como a negação de todos os direitos possíveis às mulheres, ou seja, “a constante negação da humanidade da mulher, independente de como humanidade é definida” (MACKINNON, 1993, p. 13, tradução própria). Os corpos femininos, transformados em objetos e vendidos para o sexo, deixariam de ser sujeitos. Por isso, a prostituição seria uma instituição tão violenta que silenciaria as mulheres, “[..] brutalizando e aterrorizando-as tão

---

<sup>1</sup> A autora destaca que a invasão do pênis na vagina é menos central para a sexualidade da mulher do que a do homem. Porém, a centralização do sexo na penetração ocorreria por ser uma forma do homem ter acesso total ao corpo da mulher, ou seja, tal centralização seria uma expressão da dominação masculina (MACKINNON, 1982).

<sup>2</sup> Ressalta-se, aqui, que a autora não está buscando achar o princípio da dominação masculina, o seu momento de origem. Ela busca entender a fonte atual na qual esta se baseia. Contudo, ao fazer isto, a autora cria a imagem de uma sexualidade já construída sob a dominação, de forma que cai no problema da origem.

horripelmente que nenhuma palavra poderia se formar, punindo-as por dizer a verdade sobre sua condição, degradando tudo o que elas conseguem dizer sobre praticamente qualquer coisa [...]” (MACKINNON, 1993, p. 15, tradução própria). Assim, na visão da autora, as prostitutas não teriam praticamente nenhuma forma de agência ou voz.

Pateman (1993) também argumenta que a masculinidade e a feminilidade são identidades sexuais e que, embora o ser não seja totalmente submetido à sexualidade, “a identidade é inseparável da construção do ser” (PATEMAN, 1993, p. 303). Além disso, para ela, “o domínio sexual é o principal meio pelo qual os homens afirmam a sua masculinidade” (IDEM, IBIDEM). Neste ponto, logo, a autora e MacKinnon compartilham de uma base teórica similar. Porém, Pateman questiona o fato da prostituição ser vista como um problema referente às mulheres. Tal tipo de análise apagaria um importante participante desta instituição: o homem. Trazendo-o para o debate, a autora argumenta que quando este busca fazer parte do contrato de prostituição, o seu objetivo não é adquirir um serviço sexual, e sim ter acesso ao corpo de uma mulher, ou seja, o objetivo final é a reafirmação da masculinidade. O problema da prostituição, então, é que esta seria uma maneira capitalista de tornar os corpos das mulheres acessíveis aos homens (transformando os corpos em mercadoria) (PATEMAN, 1993, p. 279).

Dessa forma, as prostitutas venderiam a si mesmas e, logo, tal atividade não poderia ser definida como uma profissão qualquer. Ressalto que autora faz um paralelo entre a prostituição, o trabalho assalariado e a escravidão. Segundo ela, “o capitalista não contrata e não pode contratar a utilização dos serviços ou a capacidade de trabalho do proletário. O contrato de trabalho dá ao patrão o direito de controlar a utilização do trabalhador, ou seja, a pessoa e o corpo do trabalhador [...]” (PATEMAN, 1993, p. 297). Por isso, existiria certa similaridade entre escravidão e trabalho assalariado. Contudo, o capitalista não está interessado no corpo do trabalhador em si, e sim na produção de mercadorias, no lucro. E, como já exposto, o homem que contrata uma prostituta está interessado no corpo da mulher. Logo, a prostituta não seria a força de trabalho que produziria mercadoria, e sim a mercadoria a ser obtida. Por isso, o contrato da prostituição se assemelharia

mais com a escravidão do que o contrato de trabalho.

A autora ainda pontua que há outros empregos nos quais o corpo do trabalhador é o interesse do capitalista, como na venda de profissionais do esporte (jogadores podem ser comprados e vendidos como bens materiais). Porém, para Pateman, a venda destes corpos (jogadores e prostitutas) ocorre de maneira distinta. “Os donos de times de beisebol têm autoridade sobre a utilização dos corpos de seus jogadores, mas os corpos não são utilizados de uma forma diretamente sexual por aqueles que o contrataram” (PATEMAN, 1993, p. 302). Assim, a autora retorna ao ponto da dominação masculina – o problema da prostituição é que ela seria a venda de corpos de mulheres para expressão da forma principal de construção da masculinidade, que seria o domínio sexual sobre as mulheres.

Ressalto que, para Pateman, entender que há um problema com a prostituição não significa ser contra as prostitutas. Da mesma maneira, para ela, defender que as mulheres controlem a indústria sexual e tenham direitos trabalhistas e sindicais não é o mesmo que defender a prostituição, pois, “pode-se defender os direitos sindicais, ao mesmo tempo em que se reivindica a abolição do trabalho capitalista assalariado” (PATEMAN, 1993, p. 281). Porém, o esforço de mostrar que a prostituição não pode ser considerada como um trabalho qualquer advém da vontade da autora de mostrar que tal instituição representa um problema para as mulheres enquanto classe. Assim, além de trazer os homens para a sua análise, ela argumenta que não são apenas as prostitutas oprimidas pela prostituição, e sim todas as mulheres. Os homens poderiam, por exemplo, recorrer ao mercado sexual para realizar fantasias de dominação que não poderiam fazer com suas esposas e, com isso, alimentariam seus “egos” em relação ao controle sobre as mulheres (PATEMAN, 1993, p. 293).

Na obra destas duas autoras, logo, a sexualidade é central para o debate. Ambas entendem que a masculinidade se constrói como dominação e a feminilidade como subordinação, sendo o domínio sexual a principal fonte da dominação masculina. A partir deste entendimento, a prostituição seria uma forma de opressão às mulheres, já que elas teriam seus corpos objetificados e vendidos. Porém, MacKinnon enfatiza as violências que o

mercado sexual promove sobre as mulheres engajadas nele – que são vistas como indivíduos incapazes de uma voz própria (pelo medo, apenas reproduziriam o que os “controladores” do mercado – como cafetões – dissessem). Com base nisso, ela nega a possibilidade de prostitutas se organizarem em torno da defesa da atividade. Já Pateman enfatiza a violência da prostituição sobre a classe de mulheres. Ao representar o acesso dos homens aos corpos femininos, tal instituição lhes permitiria exercer a dominação sexual de maneiras que em outros tipos de contrato, que também garantem este acesso, como o do casamento, não seriam possíveis<sup>3</sup>.

### **A prostituição como exercício da sexualidade**

Apresentando uma abordagem contrária à anterior, ganham destaque os trabalhos de Rubin (2003 [1984]) e Ericsson (1980). Para Rubin, “o gênero afeta a opressão do sistema sexual e o sistema sexual já teve manifestações específicas de gênero. Mas apesar do sexo e do gênero serem relacionados, não são a mesma coisa, e eles formam a base de duas arenas distintas da prática social” (RUBIN, 2003 [1984], p. 49). Com tal afirmação, a autora crítica que o domínio masculino tenha como fonte principal a subordinação sexual da mulher. Para ela, diferentemente, tanto a esfera do gênero quanto a da sexualidade estruturam hierarquias sociais. Porém, uma não é subordinada à outra, ou seja, existiriam desigualdades de gênero que não poderiam ser explicadas pela sexualidade e vice-versa. Por exemplo, a construção de hierarquias sociais com base na prática sexual dos indivíduos coloca as mulheres lésbicas próximas dos homens gays, de forma que as penalidades que estes sofrem não podem ser explicadas somente pela lógica da dominação masculina. Por isso, para Rubin, o feminismo não deveria ter a sexualidade como o marxismo tem o trabalho, como afirmava MacKinnon. Da mesma forma que ela defende que foi necessário ao feminismo se libertar do marxismo e mostrar-se como campo autônomo para evidenciar as desigualdades de gênero, “uma teoria autônoma e políticas específicas devem

---

<sup>3</sup> Para Pateman (1983; 1993), o casamento também seria um contrato que garantiria o acesso dos homens aos corpos das mulheres. Porém, o contrato da prostituição faria isso através de um grau de objetificação maior, que é a transformação do corpo em mercadoria (objeto).

ser desenvolvidas para a sexualidade” (RUBIN, 2003 [1984], p. 50).

Rubin busca, então, definir as bases para uma teoria da sexualidade. Segundo a autora, esta não pode ser vista de maneira essencialista, ou seja, como uma propriedade inata de um indivíduo. Pelo contrário, a sexualidade seria socialmente construída e afetada por distintas instituições sociais, como a religião e a medicina (RUBIN, 2003 [1984], p. 13-15). Para exemplificar este ponto, a autora faz um resgate de períodos históricos nos quais tais instituições afetaram a sexualidade dos indivíduos. Segundo ela, na Inglaterra e Estados Unidos no final do século XIX, por exemplo, a masturbação era vista como uma prática doentia e havia campanhas para desencorajá-la. Rubin nos conta que “para proteger os jovens de uma excitação prematura os pais amarravam as crianças à noite para que não se tocassem; [e] médicos extirpavam o clitóris das pequenas meninas onanistas” (RUBIN, 2003 [1984], p. 3). Já em meados do século XX, haviam intensas campanhas contra a homossexualidade e pela criminalização da prostituição, que era associada ao sequestro, tráfico e escravidão de meninas brancas para o comércio sexual (IDEM, IBIDEM). Além disso, a medicina considera algumas práticas sexuais como transtornos mentais, como o sadismo e o masoquismo. A homossexualidade, a autora lembra, só recentemente deixou de ser tratada como doença (RUBIN, 2003 [1984], p. 17).

O fato da sexualidade ser socialmente construída permite que a sociedade seja organizada hierarquicamente segundo o status que uma prática sexual assume em determinada época. As instituições citadas acima, neste processo, “funcionam em muito da mesma maneira como os sistemas ideológicos do racismo, etnocentrismo e chauvinismo religioso. Eles racionalizam o bem-estar do sexualmente privilegiado e a adversidade da plebe sexual” (IDEM, IBIDEM). Considerando isso, Rubin busca mapear quem seriam os sexualmente privilegiados na sociedade contemporânea. Segundo ela, a prática sexual tida como “boa”, “normal” e “natural” seria a heterossexual, dentro do casamento, monogâmica, procriativa<sup>4</sup>, não comercial, com apenas um parceiro, da mesma geração, privada, sem

---

<sup>4</sup> Voltadas para a reprodução.

pornografia, envolvendo apenas corpos e baunilha (oposta ao sadomasoquismo). Já as práticas tidas como aberrações seriam as homossexuais, fora do casamento, promíscuas, não-procriativas, comerciais, sozinhas (masturbação) ou em grupo, casuais, com cruzamento geracional, públicas, com uso de pornografia, com objetos e sadomasoquistas (RUBIN, 2003 [1984], p. 19). A partir desta divisão, a autora identifica como grupos privilegiados os heterossexuais casados e como “plebeus” as travestis, transexuais, fetichistas, sadomasoquistas, as prostitutas e os amantes de rapazes<sup>5</sup> (embora considere grupos no meio entre os privilegiados e os plebeus) (RUBIN, 2003 [1984], p. 20). Na obra de Rubin, portanto, a prostituição é apenas uma prática sexual (o sexo comercial) e não subsidia a dominação masculina. Além disso, a criminalização desta prática transforma as prostitutas em uma categoria de pessoas a serem perseguidas e violentadas. Por isso, ao invés da produção de legislações para acabar com a atividade, a autora defende a aceitação de práticas condenadas.

Ericsson (1980) também entende a prostituição como o exercício da sexualidade. Com base nisso, ele refuta uma série de críticas a tal atividade. Ressalto, porém, que me concentrarei nas respostas do autor para as teóricas feministas (cujos argumentos foram representados acima). Para responder a crítica de que a prostituição reforçaria a desigualdade e opressão de gênero, Ericsson começa definindo o que é desigualdade. Para ele, esta pode se expressar de duas formas – a diferença de distribuição de *benefícios* ou de *responsabilidades* entre indivíduos ou grupos (ERICSSON, 1980, p. 349-350). A partir desta definição, o autor se pergunta: como a prostituição poderia produzir desigualdade? Existe algum benefício negado à mulher e não ao homem? Existe alguma responsabilidade atribuída a um e não ao outro?

Em relação aos benefícios, o autor argumenta que a única maneira de existir alguma desigualdade seria se os serviços sexuais fossem negados

---

<sup>5</sup> A autora está se referindo aqueles que cruzam fronteiras geracionais. Ela argumenta que a perseguição aos pedófilos atualmente representa uma repressão excessiva sobre a sexualidade. Uma pessoa de 23 anos, por exemplo, que se relaciona com um rapaz de 17, tem diversos direitos negados, além de ser estigmatizada socialmente. Neste ponto, sua obra é extremamente polêmica, pois pode se tornar uma defesa para a pedofilia.

às mulheres (de forma que os benefícios dele fossem distribuídos apenas aos homens). Porém, Ericsson pontua que não existe nenhuma legislação ou proibição formal sobre elas ao mercado do sexo. Diferentemente, o que há são “séculos de condições culturais e sociais que fazem elas [as mulheres] desistirem de solicitar por eles [os serviços sexuais]” (ERICSSON, 1980, p. 350, tradução própria). O autor relembra que apenas recentemente o desejo sexual feminino passou a ser reconhecido e, em 1840, o termo “ninfomaníaca” era usado “para descrever qualquer mulher que sentisse desejo sexual, e tais mulheres eram vistas como necessariamente abandonadas, mulheres das ruas, mulheres das classes baixas” (IDEM, IBIDEM, tradução própria). Assim, o autor não nega que existe uma dificuldade do acesso às mulheres ao mercado sexual, mas atribui isso a criminalização da sexualidade feminina. Em relação às responsabilidades, Ericsson argumenta que há quatro maneiras de abordar este ponto. A primeira refere-se ao fato da maioria das prostitutas serem mulheres. Para o autor, isso só configuraria uma desigualdade de responsabilidades se fosse algo imposto. Porém, não há legislações nesse sentido. Tal fato se daria devido à repressão da sexualidade feminina, já exposta, que não criaria “demanda” no mercado sexual por homens. A segunda abordagem refere-se à exploração econômica das mulheres por capitalistas. Ericsson se refere, aqui, aos homens que ganham em cima das prostitutas – seja alugando quartos para elas ou sendo contratados para garantir a segurança. O autor pontua que tal exploração só é possível devido à legislação que criminaliza a prostituição. Ao tirar o status de trabalho da atividade, este tipo de legislação retiraria a autonomia das mulheres sobre o trabalho e as negaria direitos (ERICSSON, 1980, p. 350-352).

A terceira maneira de abordar este ponto refere-se à objetificação sexual da mulher. O autor argumenta que o cliente de fato não está interessado na prostituta enquanto ser, e sim no serviço prestado. Porém, exigir que o sexo seja “pessoal”, para Ericsson, é defender uma visão sentimentalista do ato, que reconstrói as ideias de romance modernas. Além disso, o autor pontua que em outras profissões, o contratante não se está interessado no trabalhador em si, e sim na sua performance profissional. A

última abordagem refere-se à utilização da mulher como instrumento, como “meio” para alcançar algo (prazer). Porém, o autor fala que em outros contratos de trabalho, o trabalhador é um meio de produção e, por isso, tal crítica não deve ser aplicada como exclusiva à prostituição. Ainda, Ericsson também argumenta que a própria prostituta utiliza o cliente como um meio para um fim específico, que é o lucro (ERICSSON, 1980, p. 353). Assim, o autor conclui que a prostituição não produz desigualdade entre homens e mulheres.

Em relação à opressão, ele a define da seguinte maneira: “se A oprime B, eu entendo que a liberdade de escolha e ação de B é severamente reduzida, contra sua vontade, como resultado das ações tomadas por A contra B” (IDEM, IBIDEM, tradução própria). Considerando tal definição, os homens oprimem mulheres na prostituição? Ele responde tal pergunta em termos do nível sociedade-prostitutas e clientes-prostitutas. No primeiro, o autor reconhece que muitas mulheres só recorrem ao mercado sexual devido à ausência de melhores trabalhos. Porém, esta opressão não poderia ser atribuída ao homem, e sim as condições sociais que criam esta ausência de oportunidades. No segundo, o autor argumenta que as prostitutas não aceitam qualquer cliente. Elas costumam analisar os homens e buscam sinais de que ele é perigoso ou não (como a embriaguez). Além disso, elas negociam o programa, estabelecendo limites e preços. Por isso, tal relação não seria marcada pela opressão (ERICSSON, 1980, p. 354).

Rubin e Ericsson possuem objetivos bem distintos em suas obras. Enquanto a primeira busca construir um campo autônomo para o estudo da sexualidade e entender as hierarquias sociais construídas com base na discriminação de grupos devido à sua prática sexual, Ericsson defende a prostituição entendendo-a como expressão da sexualidade que deveria ser normalizada e o mercado sexual como um caminho para isto. Porém, ambos autores concordam que a prostituição não produz dominação ou diferença entre sexos, mas que a regulação sobre a sexualidade é que gera opressões sociais. Por isso, ao invés de verem a prostituição como opressão, eles a veem como exercício da liberdade individual em definir seu gosto sexual.

## Aprofundamento sobre o diálogo entre os autores

Como exposto na introdução, os autores citados estão em diálogo. Embora Rubin tenha afirmado, em entrevista para Judith Butler<sup>6</sup>, que a sua teoria da sexualidade não tenha sido direcionada para a produção de MacKinnon, ela foi considerada como o polo opositor da autora. Como já abordado, enquanto MacKinnon entendia que o feminismo deveria ter como pilar o estudo da sexualidade, por esta ser vista como a fonte da dominação masculina, Rubin defendia retirar esta esfera do domínio exclusivo do feminismo. Tal diferença repercutiu sobre o entendimento que elas possuem da prostituição, de forma que enquanto a primeira autora entende que apenas as relações de dominação de gênero são suficientes para explicá-la, a segunda aponta para a importância de ver outros aspectos. Além disso, para MacKinnon, a mulher tem pouco ou nenhum poder sobre a construção da sua sexualidade (sendo o sexo violento). Já na obra de Rubin esta autonomia é recuperada. As guerras sexuais e as perseguições às pessoas que exercem práticas tidas como ruins são provas de que mesmo que a sexualidade seja regulada por instituições como a religião e a medicina, há espaço para que o gosto sexual seja desenvolvido fora do aceitável socialmente.

Já o diálogo entre Ericsson e Pateman concentra-se no significado da prostituição em relação às hierarquias de gênero. O fato de Pateman gastar significativo tempo argumentando que a prostituta vende o seu corpo, e não oferece simples serviços sexuais, consiste em uma tentativa de trazer a dominação masculina para o centro do debate, sendo que a obra de Ericsson buscou afastá-la. Este, porém, embora adote uma concepção bastante liberal de desigualdade e opressão, não nega a existência delas. Na sua obra, estas viriam com a negação da sexualidade das mulheres. Assim, o acesso delas ao mercado sexual (para além de prostitutas, como clientes) seria a maneira de corrigir eventuais hierarquias sociais. Logo, a ampliação deste mercado é que seria vantajoso para as mulheres, enquanto Pateman, no sentido completamente oposto, vê tal mercado como pernicioso.

---

<sup>6</sup> RUBIN, G. Tráfico sexual – entrevista. *Cadernos Pagu*, v. 21, p. 157-209, 2003.

## Consequências práticas das abordagens apresentadas

O entendimento da prostituição como uma forma de opressão às mulheres tem embasado diversas legislações nacionais e acordos internacionais de combate à atividade. Porém, estas costumam aumentar o nível de opressão na qual as prostitutas se encontram (DOEZEMA, 1998; ROBERTS, 1998; JULIANO, 2005; KEMPADOO, 2005). Jasmin (1993), por exemplo, evidencia isso ao contar sua experiência como prostituta na Alemanha, onde a prostituição não é ilegal, mas várias atividades ao redor do mercado sexual sim. Ela relata que, no seu país, se um dono de hotel aluga para uma prostituta um quarto agradável, completo e seguro, ele pode ser acusado de “promover a prostituição”. Com isso, as prostitutas basicamente só conseguem alugar quartos de donos de hotéis que já estão na ilegalidade (e que normalmente oferecem espeluncas). Ainda, se mais de três prostitutas se reúnem para trabalhar, elas podem ser acusadas de organização terrorista, o que inviabiliza a organização política delas (sindicatos). Em relação à criminalização dos clientes, Jasmin pergunta porque algumas feministas têm lutado contra o fato dela ser paga ao invés de lutarem contra a possibilidade dela ser roubada pelos clientes. Ainda, a autora nos conta que até pouco tempo não era contra a lei estuprar uma prostituta na Alemanha e argumenta que, ao focarem na luta contra a prostituição e não pelo direito das prostitutas, algumas feministas estariam reforçando esse tipo de legislação.

Já Kempadoo (2005) nos mostra como a política contra o tráfico de pessoas da Organização das Nações Unidas - ONU tem tido efeitos perversos sobre as prostitutas (destacando que atualmente a prostituição é uma atividade globalizada). Embora a ONU diferencie a prostituição do tráfico, ela embasa os países na transformação das prostitutas estrangeiras em imigrantes ilegais e ameaças à segurança nacional. Para não carregarem tal status jurídicos, estas mulheres são convocadas a denunciarem os seus “traficantes” (e assumirem o papel de vítima). Contudo, muitas migram já com o intuito de trabalharem como prostitutas e os supostos “traficantes”, pessoas que as ajudaram a cruzarem a fronteira, são amigos/amigas,

irmãos/irmãs, amantes, etc. Além disso, Kempadoo destaca que estas mulheres advêm principalmente do Sul Global e vão para o Norte, além de serem negras ou mestiças. Assim, políticas como a citada acabam por reforçar ações xenófobas e racistas.

Considerando as consequências práticas do entendimento da prostituição como opressão, como as citadas acima, os movimentos de prostitutas têm enfatizado a sua agência e, alguns, defendido a prostituição como um exercício da sexualidade (segunda perspectiva apresentada). As prostitutas se somam, neste ponto, a outros grupos de mulheres que são taxadas como “pessoas sem voz”, especialmente mulheres negras e do Sul Global. Gonzalez (1984), uma das principais intelectuais negras da década de 80, por exemplo, era extremamente crítica à imagem da mulher negra reproduzida por feministas brancas: coitadinhas, vítimas da sociedade, as mais oprimidas entre as oprimidas. A autora chega a afirmar, no início de um dos seus artigos, que “exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 1984, p. 225). Além dela, Mohanty (1984) critica como as feministas do Primeiro Mundo<sup>7</sup> representavam a si mesmas como “libertas” e as do Terceiro Mundo apenas como vítimas dos sistemas opressores. Com isso, elas “sozinhas se tornam os verdadeiros ‘sujeitos’ da contra história. As mulheres do Terceiro Mundo, por outro lado, nunca se elevariam acima da sua generalidade e do seu status de ‘objeto’” (MOHANTY, 1984, p. 351, tradução própria). Segundo Mohanty, ao ignorar a agência e as resistências das mulheres do Sul Global, as feministas do Norte transformavam suas experiências em padrões de libertação a serem seguidos, reproduzindo a violência colonial e silenciando as mulheres do Sul.

Contudo, o entendimento da prostituição como uma mera expressão da sexualidade, embora ajude a visualizar as prostitutas como agentes e possuidoras de direitos, também possui limites para o combate das opressões que cercam a atividade. Freeman (1989), por exemplo, relata que a Canadian

---

<sup>7</sup> Termo utilizado no artigo da autora.

Organisation for the Rights of Prostitutes - CORP e a Call Off Your Old Tired Ethics, - COYOTE (grupos pela defesa dos direitos das prostitutas) defendem que a mulher e o homem devem ser permitidos a usarem os seus corpos para expressar a sexualidade da forma que lhes couber. Essa defesa busca trazer agência às prostitutas, retirá-las da posição constante de vitimização na qual autoras como MacKinnon as colocam. Nesse sentido, é comum que representantes destes grupos afirmem que estão na prostituição porque gostam e sentem prazer na atividade, focando no direito à escolha. As opressões que cercam a prostituição, contudo, ficam para segundo plano. Freeman chega a afirmar que “as únicas situações que eles [movimentos de prostitutas analisados] reconhecem como coercivas são aquelas nas quais o uso da força é extremamente óbvio, tais como quando os cafetões ameaçam e usam da violência para manter adolescentes nos caminhos do comércio” (FREEMAN, 1989, p. 91, tradução própria).

O perigo destacado é que entendimento da prostituição como uma expressão da sexualidade pode cair nas armadilhas do liberalismo, ou seja, reduzir a questão a uma luta pela escolha individual. Os problemas enfrentados pelas prostitutas, contudo, se referem às opressões estruturais. Na história do movimento de prostitutas no Brasil, por exemplo, uma das pautas mais enfatizadas é a necessidade de direitos trabalhistas plenamente reconhecidos, bem como o combate à violência policial e a conquista por direitos à saúde integral (LEITE, 2009; BARRETO; 2015). Ainda, tal perspectiva perde o poder de conectar a perseguição das prostitutas com o desenvolvimento do capitalismo e da dominação de gênero. Trabalhos como o de Roberts (1988) e Fredereci (2004), por exemplo, têm mostrado que a disciplinarização dos corpos das mulheres, para que elas não se prostituíssem, está conectada com a disciplinarização dos seus corpos para o trabalho das fábricas. Além disso, ambos trabalhos mostram que a criação da diferença entre prostitutas e não-prostitutas é essencial para criar uma linha entre “santas” e “bruxas” que oprime todas as mulheres. Este tipo de conexão é essencial não só para aprofundamento teórico, mas para o entendimento prático da importância das mulheres que não são prostitutas lutarem ao lado das prostitutas.

Portanto, a partir o exposto acima, as duas abordagens apresentadas para o entendimento da prostituição possuem limites práticos para contribuírem para o fim das violências que atingem as prostitutas. Além disso, considerando que a libertação das mulheres enquanto classe não será possível se alguns grupos de nós ainda forem violentadas, a necessidade de pensar em novas abordagens para prostituição se torna mais evidente. Como exposto na introdução, alguns autores já têm feito isto buscando entendê-la, para além da dicotomia entre opressão x escolha, como um espaço em aberto que pode simultaneamente agregar opressão e resistência. É nesta linha que a proposta apresentada neste artigo segue.

### **A prostituição como um fenômeno complexo**

A prostituição não é uma instituição a-histórica e nem possui o mesmo significado em diferentes sociedades (apesar do mote de que é a profissão mais antiga do mundo). Pateman (1993) e Rubin (1984) reconhecem isso nas suas obras ao localizarem a prostituição da forma como a conhecemos - oriunda das transformações sociais que ocorreram entre o século XIX e o XX. Entretanto, ao definirem a atividade como opressão ou exercício da sexualidade, elas limitam-se a analisarem apenas um aspecto dela. Avançando em relação a tal limite, Juliano (2005) afirma que a prostituição não é uma instituição separada das demais condutas sociais. Por isso, ela poderia ser melhor entendida se fosse analisada considerando o contexto na qual está inserida. Além disso, a autora afirma que a análise da discriminação que as prostitutas enfrentam deve reconhecer que elas existem dentro e fora do mercado do sexo, conectada com opressões de gênero, classe e raça que ocorrem dentro e fora da profissão. Assim, a prostituição se torna um fenômeno complexo, bem como a prostituta. Ao invés dela ser “marcada” apenas pelo seu trabalho sexual, a proposta de Juliano envolve entender sua experiência mais completamente, analisando, por exemplo, que a mulher pode entrar para a prostituição como forma de resistência a empregos mais precarizados (que representam formas de opressão que a atingem independentemente do mercado sexual).

Na sua análise, Juliano começa a tratar sobre a importância de uma análise interseccional do contexto. Porém, a autora não se aprofunda neste sentido. Em compensação, Piscitelli (2008), no seu estudo sobre as migrantes brasileiras (inclusive para a indústria sexual), utiliza o conceito de interseccionalidade para mostrar como o olhar para a imbricação de diferentes marcadores sociais é importante para o entendimento da experiência destas mulheres. Independente de como são racialmente classificadas no Brasil, por exemplo, elas são consideradas mestiças no exterior, recebendo um “rótulo” que se refere a posição racial do Brasil no âmbito global. Além disso, essa racialização é acompanhada da sexualização. Mesmo que estas migrantes não tenham relação com a indústria sexual, elas são tidas como “portadoras de uma disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição [...]” (PISCITELLI, 2008, p. 269). Ainda, a classe as marca significativamente, visto que as motivações econômicas são a principal causa da migração.

Entretanto, o conceito de interseccionalidade que Piscitelli utiliza não é o cunhado por Crenshaw (1991)<sup>8</sup>, para quem há eixos de dominação (como classe, raça, gênero, nacionalidade, etc.) que não se subordinam e também não são somados, mas que se interseccionam e criam experiências únicas de opressão<sup>9</sup>. Para Piscitelli, Crenshaw faz parte de uma abordagem sistêmica, que tem uma visão estruturalista da sociedade e dá pouca margem para a agência dos indivíduos na formação de suas identidades<sup>10</sup>. Ou seja, a interseccionalidade no sentido apresentado forneceria “categorias” de identidades políticas a partir das intersecções de eixos de dominação, mas não conseguiria entender como elas se formam considerando a resistência das pessoas à tais eixos. Além disso, segundo Piscitelli, nessa abordagem “o poder é tratado como uma propriedade que uns têm e outros não, e não como uma relação” (PISCITELLI, 2008, p. 267). Desta maneira, ele é entendido

---

<sup>8</sup> Autora que deu “corpo” ao conceito.

<sup>9</sup> A intersecção de raça e gênero, por exemplo, produz um lugar social singular para as mulheres negras, distinto do lugar das brancas e dos homens negros.

<sup>10</sup> Piscitelli se baseia no estudo de Prins (2006) para quem a diferença entre a abordagem sistêmica e a construcionista consiste no fato da primeira ser a oriunda do feminismo negro que se desenvolve nos Estados Unidos e a segunda referir-se ao conceito de interseccionalidade desenvolvido na Inglaterra.

apenas de maneira repressiva, novamente ignorando as possibilidades de resistência e conflito que envolvem a sua disputa. Piscitelli opta, então, por um conceito de interseccionalidade que evidencia “aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social” (IDEM, IBIDEM). Estas seriam as características principais da abordagem que ela chama de construcionista, que veria o poder em termos de lutas contínuas. Nesta abordagem, a agência também ganha destaque, de forma que “os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não indicam apenas que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que oferece possibilidades para o sujeito [na construção de sua identidade]” (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Contudo, a forma como Piscitelli expõe o conceito de interseccionalidade da primeira abordagem representa um deslocamento complicado do contexto no qual ele foi cunhado – o feminismo negro<sup>11</sup>. Monagreda (2017), por exemplo, afirma que tal teoria nasce como o objetivo de colocar as experiências das mulheres negras no centro do debate. Para isso, na época, era necessário mostrar que estas experiências não poderiam ser entendidas apenas pelo paradigma da raça ou do gênero e que diferentes marcadores sociais, como estes e classe, nacionalidade, sexualidade, entre outros, se interseccionavam e criavam formas de opressão únicas. Considerando este objetivo, o conceito de interseccionalidade foi uma forma de dar luz tanto a estas opressões quanto as resistências a elas, já que estas são fundamentais para entendimento completo das experiências das mulheres negras. Assim, a agência não é abandonada. Pelo contrário, ela é parte do conceito<sup>12</sup>.

Porém, de fato esta abordagem pensa em matrizes de dominação e, portanto, enfatiza a existência de estruturas sociais. Tal ênfase pode ser associada com a ideia de sistemas universais de dominação, ou seja, estruturas de poder que possuem um único fator de origem e que podem ser universalizadas no tempo e espaço. Monagreda mostra, contudo, que pensar no

---

<sup>11</sup> Ressalto que este tipo de deslocamento tem sido criticado por diferentes feministas negras, como Collins (2015).

<sup>12</sup> Ressalto que não estou me referindo apenas a obra de Crenshaw, mas aos debates anteriores a criação do conceito e as formas como ele foi entendido posteriormente. Ou seja, me refiro à toda a abordagem “sistêmica”.

caráter estrutural das opressões não significa ignorar o contexto e relações históricas. Para ela, quando as feministas negras pensam em matrizes de dominação, elas não buscam localizar um ponto de origem universal das opressões. Pelo contrário, o entendimento da tensão entre os constrangimentos estruturais e a agência individual é melhor obtido através de uma análise temporalmente e espacialmente localizada, ou seja, que considera a especificidade do contexto. Assim, as matrizes de opressão são vistas como parte de contextos históricos, e não como grandes teorias universais.

Considerando isto, as diferenças entre as abordagens que Piscitelli apresenta, ao meu ver, concentram-se mais na ênfase dada às estruturas ou à agência do que em variações conceituais, de forma que não vejo como necessário adotar tais diferenças neste trabalho. Assim, entendo interseccionalidade como um projeto de conhecimento que busca colocar a experiência dos corpos subjugados no centro, analisando as diferentes matrizes de dominação que os atinge, considerando as interseções possíveis e as resistências a elas. Tal conceito, portanto, está intrinsecamente ligado as obras de autoras do feminismo negro (não só estadunidenses, mas da América Latina<sup>13</sup>).

Retornando ao tema da prostituição, um exemplo prático de como o entendimento dela como um fenômeno complexo altera sua análise e do uso da interseccionalidade para isto pode ser visto no trabalho de Góes (2017) sobre a organização política das prostitutas da Guaicurus, um complexo de prostituição localizado em Belo Horizonte/MG. A pesquisa oferece indícios que a maioria das prostitutas que lá trabalhavam eram negras, mulheres (cisgênero ou transgênero<sup>14</sup>), de baixa escolaridade, mães sozinhas, que

---

<sup>13</sup> América Latina é um conceito cunhado por Gonzalez (2011 [1988]) para repensar a divisão territorial entre América do Norte e América Latina. Segundo a autora, tal conceito implica em um olhar para esta região considerando a diáspora da população negra e as conexões que existem entre alguns países devido a ela. Nesse sentido, a experiência da negritude na América do Norte, embora diferente da do Sul, é vista como mais próxima desta do que dos brancos de tal região. Tal proximidade faz com que existam bastantes similaridades na forma como tal feminismo pensa a interseccionalidade. Tanto que, antes de Crenshaw cunhar o conceito, tal perspectiva já poderia ser vista em trabalhos de feministas negras brasileiras como Nascimento (2007 [1976]) e Gonzalez (1984).

<sup>14</sup> Mulheres transgênero (cuja abreviação é trans) se identificam com o gênero feminino, mas ao nascerem recebem o rótulo de homens por terem órgãos reprodutivos masculinos. Já as mulheres cisgênero são aquelas que se identificam com a identidade de gênero atribuída a

atendiam homens da classe trabalhadora e estavam constantemente sujeitas as violências oriundas do estigma da profissão. Além disso, a própria atividade oferecia alguns riscos, como o roubo por parte de clientes. Ainda, dentro do mercado sexual, elas sofriam com discriminações com base nos marcadores de raça e identidade de gênero. Mulheres negras eram impulsionadas a alisarem os cabelos para se tornarem mais próximas da categoria de beleza ocidental (que é branca) e, com isso, cobrarem mais pelos programas. Já mulheres transexuais e travestis também passavam por situações únicas de violência.

Contudo, trazer as experiências destas mulheres para o centro do debate, considerando a intersecção de diferentes matrizes de dominação que as envolve (não só como prostitutas, mas no amplo contexto que elas estão inseridas), mostra que a prostituição não é permeada somente pela repressão. Pelo contrário, ela também é um espaço de resistência. Por exemplo, apesar da baixa escolaridade, as profissionais do sexo da Guaicurus recebem em torno de R\$ 3.000,00 por mês. Esse valor é maior que o dobro da renda média mensal das mulheres com apenas o ensino médio, que na amostra da PNAD 2015 consistia em R\$ 1.179,47. A prostituição, portanto, mesmo sendo um local que reflete as violências de gênero e raça, ainda é um espaço de resistência para as mulheres que seriam condenadas a salários baixíssimos em outras profissões. Além disso, nesta região elas são completamente autônomas e muitas preferem a prostituição em relação a um emprego no qual estariam sujeitas as humilhações de patrões. Ainda, como fazem os seus horários, conseguem conciliar o trabalho e o cuidado dos filhos.

Assim, a abordagem aqui proposta entende a prostituição como um fenômeno complexo que pode agregar opressão e resistência, tendo dois pilares. O primeiro consiste em trazer a experiência das prostitutas para o centro do debate. Entretanto, tal movimento não pode resumir a tratá-las apenas como “prostitutas”. Elas, bem como a prostituição, estão inseridas em contextos sociais que envolvem a intersecção de diferentes matrizes de dominação. Olhar para a experiência citada, portanto, envolve olhar para

---

elas pelo seu sexo biológico (JESUS, 2012)

estes contextos (MCCLINTOCK, 1993; JULIANO, 2005; MONAGREDA, 2017). Já o segundo pilar significa a análise interseccional que considere as opressões e as resistências a elas e que dialogue com as prostitutas (reconhecendo que elas são pessoas com voz própria) (COLLINS, 2015; MONAGREDA, 2017).

### **Considerações finais**

Para finalizar este artigo, proponho as seguintes reflexões: como a abordagem proposta se diferencia das já apresentadas e qual impacto prático ela pode ter? Para responder a primeira pergunta, preciso, inicialmente, resgatar os principais argumentos citados contra a prostituição. Na abordagem que a entende como opressão, o domínio masculino se dá através do sexo, de forma que a sexualidade se torna central para o feminismo. Considerando isso, a prostituição permitiria que os homens tivessem acesso ao corpo da mulher (transformado em mercadoria) e pudessem realizar as fantasias de dominação masculina, sendo um problema para as mulheres enquanto classe (MACKINNON, 1982; PATEMAN, 1983; MACKINNON, 1987; MACKINNON, 1993; PATEMAN, 1993).

Tal abordagem, ao padronizar a dominação masculina no sexo, universaliza a forma como as relações de dominação de gênero ocorreriam. Já o enfoque proposto, por ser permeado pela ideia de interseccionalidade, questiona tal universalização. Raça, nacionalidade, classe, sexualidade, entre outras matrizes de dominação, ao se interseccionarem com gênero e criarem experiências únicas, modificam a forma como se dá o domínio masculino para diferentes grupos de mulheres (PISCITELLI, 2005; JULIANO, 2005; KEMPADOO, 2005; PISCITELLI, 2008; BARRETO e GROSSI, 2012; COLLINS, 2015; MONAGREDA, 2017).

Além disso, o conceito de interseccionalidade nos desafia a aprofundar a reflexão sobre como seria a libertação das mulheres enquanto classe. Na abordagem contrária à prostituição, tal libertação significa o fim da “fonte” do domínio masculino, que é o sexo. Mas se este não pode ser visto como tendo uma única origem, devido as modificações que ele enfrenta ao se

interseccionar com outros marcadores sociais, como pensar tal libertação? Acredito que uma das grandes contribuições do feminismo negro para a teoria feminista, ao cunhar o termo interseccionalidade, é a compreensão de que as diferentes experiências das mulheres envolvem diferentes formas de resistência e emancipação e que estas podem, inclusive, ser contraditórias. Carneiro (2003), por exemplo, mostra que embora fosse importante para as mulheres brancas brasileiras o acesso ao mercado de trabalho, este se deu através do reforço de um papel tradicionalmente imposto às mulheres negras – o de empregada doméstica. Como a divisão sexual do trabalho não foi rompida dentro da casa branca, a figura da dona de casa foi apenas substituída pela da mucama.

Para que as mulheres consigam se libertar enquanto classe, portanto, é necessário que haja o constante diálogo entre as diferentes experiências que as constituem e isto, aplicado a prostituição, significa que não se pode ignorar que as tentativas de eliminar a atividade não têm sido benéficas para as prostitutas. Considerando isso, Roberts (1998), por exemplo, tem argumentado que é essencial o entendimento de que quando as prostitutas tiverem os mesmos direitos de outros cidadãos, e que as mulheres forem respeitadas independente de venderem ou não serviços sexuais, “vamos saber que nossa sociedade tomou um passo decisivo rumo à maior democracia para todos nós” (ROBERTS, 1998, p. 418). Assim, em termos práticos, as abordagens aqui analisadas também se diferenciam. Ao invés de focar no fim da prostituição, a abordagem proposta foca no diálogo entre as prostitutas e outros grupos oprimidos para que se possa compreender como alcançar a libertação de todas.

Já a diferença entre a abordagem da prostituição como exercício da sexualidade e a proposta neste artigo consiste na ênfase dada à liberdade individual, já que a primeira foca no direito do indivíduo em engajar-se no mercado sexual e a segunda traz as matrizes de dominação que envolvem tal mercado para o debate. Tal diferença é melhor compreendida através dos resultados práticos que ambas abordagens podem produzir. Como já dito, a primeira enfrenta a dificuldade de problematizar as violências que permeiam o mercado do sexo e outras esferas das vidas das prostitutas. Ao focar

demasiadamente na agência e no “gosto” por prostituir-se, por exemplo, pouco se fala sobre as opressões de classe que levam as pessoas a preferirem o trabalho com a venda de serviços sexuais do que outros ofertados no mercado “tradicional” (profissões menos estigmatizadas) (FREEMAN, 1989; DOEZEMA, 1998; KEMPADOO e DOEZEMA, 1998; JULIANO, 2005; KEMPADOO, 2005).

A abordagem proposta, diferentemente, pode ajudar a entender as violências que permeiam a prostituição, bem como as resistências construídas nela, tentando fortalecer estas e eliminar as primeiras. Por exemplo, no caso da Guaicurus, entender a prostituição como um espaço no qual mulheres resistem aos baixos salários e precarização a qual seriam empurradas caso trabalhassem no mercado “tradicional”, nos ajuda a refletir sobre a regulamentação da atividade e sobre a importância do fim de relações capitalistas de exploração das trabalhadoras (do sexo ou não). Esta é, inclusive, uma das principais pautas da Rede Brasileira de Prostitutas (PISCITELLI, 2005; BARRETO e GROSSI, 2012; BARRETO, 2015). Além disso, algumas autoras têm argumentado que se os governos trabalhassem em parceria com as prostitutas contra o tráfico de pessoas e o crime organizado, tal luta seria mais eficiente. Afinal, elas conseguem mapear possíveis traficantes, casas que mantêm escravas sexuais e clientes violentos (MCCLINTOCK, 1993; JASMIN, 1993; BARBARA, 1993).

Por fim, concluo destacando que a diferença nos resultados práticos das abordagens agora comparadas advém do fato de que a distinta ênfase que elas dão à liberdade individual refere-se ao nível de aceitação do liberalismo enquanto marco-teórico. O paradigma interseccional no seu contexto de surgimento (como já abordado, o feminismo negro) é profundamente anti-liberal. Trazer a experiência das mulheres negras para o centro do debate, principalmente no contexto das Américas, mostra que a libertação das mulheres não pode se dar dentro do capitalismo (NASCIMENTO, 2007 [1976]; GONZALEZ, 2011 [1988]; CRENSHAW, 1991; COLLINS, 2015; MONAGREDA, 2017). E, considerandoworkindo o exposto sobre a importância do diálogo entre os diferentes grupos de mulheres e que parte considerável das prostitutas são mulheres negras, o fim das opressões pela defesa apenas

da “liberdade individual” se mostra impossível.

## Referências

ÁLVAREZ, Ana de Miguel. La prostitución de mujeres, una escuela de desigualdad humana. *Revista europea de derechos fundamentales*. Espanha, n. 19, p. 49-74, 2012. Disponível em: [http://www.mujiresenred.net/IMG/pdf/prostitucion\\_de\\_mujeres\\_escuela\\_d\\_igualdad\\_humana.pdf](http://www.mujiresenred.net/IMG/pdf/prostitucion_de_mujeres_escuela_d_igualdad_humana.pdf). Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

BARBARA. It's a Pleasure Doing Business with You. *Social Text*, n. 37, p. 11-2, 1993. DOI: 10.2307/466256. Disponível em: [https://politicsalsexualitywordpresscom.files.wordpress.com/2016/01/social-text\\_mikulski\\_its-a-pleasure-doing-business-with-you-1.pdf](https://politicsalsexualitywordpresscom.files.wordpress.com/2016/01/social-text_mikulski_its-a-pleasure-doing-business-with-you-1.pdf). Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

BARRETO, Letícia Cardoso. *Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte*. Florianópolis, 2015.

BARRETO, Letícia; GROSSI, Miriram. Interseccionalidades e identidades em contextos de prostituição. *Anais do evento “Desafios da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas”*, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro. Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. *Annual Review of Sociology*, v. 41, p. 1-20, 2015.

CORNELL, Drucilla. *At the heart of freedom: Feminism, sex, and equality*. Princeton University Press, 1998.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of color. *Stanford Law Review*, p. 1241-1299, 1991.

DOEZEMA, Joe. Forced to choose: beyond the voluntary v. forced prostitution dichotomy. Em: KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo (Ed.). *Global sex workers: rights, resistance, and redefinition*. New York: Routledge, p. 34-50, 1998.

DWORKIN, Andrea. Against the Male Flood: Censorship, Pornography and Equality. Em: CORNELL, Drucilla. *Feminism and Pornography*. Oxford: Oxford University Press, p. 19-38, 2000.

ERICSSON, Lars. Charges against prostitution: an attempt at a philosophical assessment. *Ethics*, v. 90, n. 3 p. 335-366, 1980.

- FEDERICI, Sylvia. *Caliban and the witch: Women, capitalism and primitive accumulation*. New York: Autonomedia, 2004.
- FREEMAN, Jody. The Feminist Debate Over Prostitution Reform: Prostitutes' Rights Groups, Radical Feminists, and the (IM)possibility of Consent. *Berkeley Women's LJ*, v. 5, p. 75-109, 1989.
- GÓES, Juliana. *Corpo, autonomia e associativismo: a participação das prostitutas da Guaicurus*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. Em: PALMARINO, Círculo. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n. 1, p. 12-20, 2011 [1988]. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf). Acesso em: 12 de janeiro de 2018.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS, p. 223-244, 1984.
- JASMIN. Prostitution Is Work. *Social Text*, n. 37, p. 33-37, 1993. DOI: 10.2307/466258.
- JEFFREYS, Sheila. *Beauty and Misogyny: Harmful Cultural Practices in the West*. New York: Routledge, 2005.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Disponível em: [https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPUL\\_A%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPUL_A%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso: 16 de janeiro de 2018.
- JULIANO, Dolores. El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. *Cadernos Pagu*, v. 25, p. 79-106, 2005.
- KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*. v. 25, p. 55-78, 2005.
- KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo. *Global sex workers: Rights, resistance, and redefinition*. Psychology Press, 1998.
- LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MACKINNON, Catharine A. Marxism, feminism and the State: Toward Feminist Jurisprudence. *Signs*, v. 7, n. 5, p. 515-544, 1982.
- MACKINNON, Catharine A. *Feminism unmodified: Discourses on Life and*

Law. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987.

MACKINNON, Catharine A. Prostitution and Civil Rights. *Michigan Journal of Gender and Law*, v. 1, p. 13-31, 1993.

MCCLINTOCK, Anne. Sex Workers and Sex Work: Introduction. *Social Text*, v. 37, p. 1-10, 1993.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. *Boundary 2*, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

MONAGREDA, Johanna Katiuska. Desafios à investigação a partir do paradigma interseccional. Em: *Anais do II Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero, 1ª Edição Internacional*. Belo Horizonte: Initia Via, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. Em: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza, 2007 [1976].

PATEMAN, Carole. Defending Prostitution: Charges Against Ericsson. *Ethics*, v. 93, n. 3, p. 561-565, 1983.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, v. 25, p. 7-23, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

PRINS, Baukje. Narrative Accounts of Origins: A Blind Spot in the Intersectional Approach? *European Journal of Women's Studies*, v. 13, n. 3, p. 277-290, 2006.

ROBERTS, Nickie. *As prostitutas na história*. Ed. Rosa dos Tempos, 1998.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade*. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Revisão de Miriam Pillar Grossi, 2003 [1984]. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1582>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

RUBIN, Gayle. Tráfico sexual – entrevista. *Cadernos Pagu*, v. 21, p. 157-209, 2003.

WILLIAMS, Linda. A provoking agent: the pornography and performance art of Annie Sprinkle. *Social Text*, v. 37, p. 117-133, 1993. DOI: 10.2307/466263

Texto recebido em: 31/01/2018

Texto aprovado em: 20/06/2018